

MANIFESTO DOS TRABALHADORES RURAIS À NAÇÃO BRASILEIRA

O latifúndio afrontou a exigência nº 1 da nação brasileira: a Reforma Agrária. Vestido com a armadura da "propriedade produtiva", o latifúndio foi posto acima da Constituição. Os Trabalhadores Rurais se recusam a aceitar a escravidão da terra e a marginalização dos homens, e vêm, por meio das suas organizações sindicais e de apoio, denunciar o texto constitucional no que se refere à Reforma Agrária.

1. O Processo de Votação de 10 de maio de 1988 na Constituinte desobriga a grande propriedade fundiária a cumprir a sua função social. Ela tornou-se insuscetível de desapropriação para fins de Reforma Agrária. Tal resultado, que legaliza o privilégio de casta dos latifundiários, ao mesmo tempo em que nega o direito de cidadania aos trabalhadores rurais, foi obtido por meios escusos, pelo estelionato, por manobras regimentais, pela falsificação de assinaturas, com a conivência do presidente da mesa, Deputado Ulysses Guimarães.

A proposta do Relator, depois de ter sido aprovada por maioria esmagadora - apenas 4 votos contra - foi submetida a uma segunda votação, desta vez frente a uma emenda supressiva do Centrão/UDR, que excluiu a "propriedade produtiva" de desapropriação para fins de Reforma Agrária. O texto de Bernardo Cabral obteve 268 votos e a Emenda supressiva alcançou apenas 253. A possibilidade de se realizar a Reforma Agrária a partir do texto constitucional foi, portanto, derrotada pela minoria do Plenário. Pesa sobre essa decisão o estigma da ilegitimidade. Não apenas pelo olímpico desprezo às exigências dos trabalhadores, mas também pelos vícios denunciados no processo de votação da matéria.

2. O Significado do que foi aprovado - O texto aprovado configura um nítido retrocesso em relação à legislação vigente, herdada do Regime Militar e constitui um obstáculo à realização da Reforma Agrária e à democratização da propriedade da terra no país.

A impossibilidade de desapropriação da chamada "propriedade produtiva", sem definir claramente o que significa propriedade produtiva, vai desobrigá-la, na prática, das exigências de cumprimento dos requisitos relativos à função social, princípio inserido na Constituição atual e em todas as Constituições modernas, privilegiando o latifúndio que continuará agredindo a natureza e o meio-ambiente, não dando à terra o aproveitamento racional e adequado.

3. As consequências da votação de 10 de maio - O texto aprovado, na medida em que estabelece o latifúndio como uma propriedade acima e fora da lei, estimulará a violência contra os trabalhadores rurais. Utilizando-se de suas milícias particulares, muitas vezes "auxiliadas" pelas Polícias Militares, o latifúndio impõe o terror à sociedade brasileira, em particular entre os trabalhadores rurais brasileiros. No último ano, 1.366.729 pessoas foram envolvidas em conflitos no campo no país. Em três anos de Nova República as milícias particulares do latifúndio e as Polícias Militares assassinaram 434 trabalhadores, muitos deles dirigentes sindicais, agentes de pastoral e advogados. As áreas de terra em conflito no país saltaram de 9.557.902 ha em 1985 para 19.741.382 ha. em 1987. Estes números demonstram a brutalidade com que o latifúndio agride os trabalhadores rurais e ao mesmo tempo a resistência dos Sem-Terra, dos posseiros, meeiros e pequenos proprietários em defesa da terra que trabalham.

A intocabilidade do latifúndio, por outro lado, define um modelo de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro baseado na concentração da terra, na marginalização de milhões de trabalhadores rurais sem terra e na subordinação da agricultura brasileira aos interesses do capital transnacional que se oriente para a implantação de projetos agro-industriais e para fazer do Brasil um grande exportador de grãos e outros produtos primários.

4. A Participação dos Trabalhadores Rurais - Nenhum outro setor popular se engajou com tanto empenho no processo constituinte quanto os trabalhadores rurais. A partir do momento em que foi assegurada a possibilidade de apresentar as Emendas Populares, as entidades sindicais e de apoio se mobilizaram para a campanha e colheram mais de 1,2 milhão de assinaturas em apoio à Reforma Agrária. 65% dessas assinaturas vieram dos centros urbanos do país deixando claro que a democratização da propriedade da terra é uma exigência do conjunto da nação.

Os trabalhadores rurais se fizeram presentes na instalação do Congresso Constituinte, nos debates nas Sub-Comissões, Comissões Temáticas e na Comissão de Sistematização como expositores e debatedores. Realizamos a mais significativa e melhor organizada manifestação de massa de todo o processo constituinte. Visitamos os gabinetes dos parlamentares, realizamos atos públicos durante os dias 5, 6 e 7 de outubro de 1987, em que denunciemos a violência do latifúndio e a interferência dos interesses estrangeiros no Congresso Constituinte. Defendemos as propostas da Emenda Popular e deixamos

claro o nosso esforço em contribuir para uma Constituição democrática.

5. A Construção da Democracia passa pela Reforma Agrária - A sociedade brasileira já amadureceu o suficiente para compreender que uma lei que não cumpre o requisito básico de regular os conflitos de interesses existentes na sociedade, mas busca defender os privilégios de alguns setores, está fadada a se converter rapidamente em letra morta. Quando exigimos junto com a esmagadora maioria da sociedade brasileira a realização da Reforma Agrária, não estamos empunhando uma bandeira ideológica, estamos apontando a saída para libertar da servidão 40 milhões de brasileiros que amargam nas cidades e nos campos o desemprego, a violência, a marginalização. A luta pela Reforma Agrária se inscreve hoje na luta dos trabalhadores rurais - os descendentes sociais dos escravos - pelo direito à cidadania. De nada valerão os direitos dos trabalhadores individuais e sociais escritos no capítulo referente à ordem social se, no capítulo da Ordem Econômica, nos são tirados os meios materiais para exercê-los.

Convocamos todos os setores organizados da sociedade brasileira para somar forças com os trabalhadores rurais e exigir no 2º turno a modificação do texto aprovado na noite de 10 de maio, que busca legalizar o monopólio da terra e premiar os especuladores.

O 25 de julho de 1988, será o Dia Nacional de Denúncia e advertência aos Constituintes. Todos os setores da sociedade brasileira saberão que os homens e mulheres que produzem os alimentos deste país não vão se submeter a uma Constituição escrita às suas costas. Estamos convencidos de que a luta contra a fome, contra a miséria, a luta pelo direito dos trabalhadores à cidadania, a luta pela democracia no Brasil passa inevitavelmente, queiram os latifundiários ou não, pela realização da Reforma Agrária no país. Com essa Constituição ou sem ela. Porque acima do direito à propriedade está a lei da sobrevivência.

Abaixo o Latifúndio

Viva a Democracia

CNRA